



+ **Supremo.**
Cármen Lúcia diz que sem imprensa livre, a Justiça não funciona bem **PÁG. 13**

BRASIL E PARAGUAI DISCUTEM CONSTRUÇÃO DE PONTE



VISITA. A construção de pontes entre o Paraguai e o Brasil e a cooperação para o combate ao crime organizado, narcotráfico e lavagem de dinheiro foram temas tratados nesta segunda-feira em reunião entre o presidente Michel Temer e o presidente eleito do Paraguai, Mario Abdo Benítez. O Brasil foi o destino da primeira viagem de Abdo ao exterior após a eleição. Ele toma posse no dia 15 de agosto, em Assunção, para um mandato de cinco anos.

LEGISLAÇÃO OBJETIVO, SEGUNDO O GOVERNO, É INTEGRAR OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, COMO POLÍCIAS FEDERAIS E ESTADUAIS

Temer sanciona, com vetos, lei que cria Sistema Único de Segurança

Os recursos para o sistema sairão da arrecadação das loterias. Para este ano, serão R\$ 800 milhões apenas desta fonte; estimativa é de que os recursos vindo do setor cheguem a R\$ 4,3 bilhões em 2022

BRASÍLIA

Marcelo Brandão
Agência Brasil

O presidente Michel Temer sancionou nesta segunda-feira projeto que cria o Susp (Sistema Único de Segurança Pública). O objetivo é integrar os órgãos de segurança pública, como as polícias federal e estaduais, as secretarias de segurança e as guardas municipais. Serão repassados recursos da União aos demais entes federativos, mediante contrapartidas, como metas de redução da criminalidade e produção de base de dados.



Intervenção. Tanque de guerra durante operação na favela Kelson's

“Hoje (segunda-feira) damos um passo importantíssimo para dar mais tranquilidade ao brasileiro. Queremos fazer essa integração da segurança pública entre todos os estados brasileiros a partir de uma coordenação que só pode residir no Estado federal”, disse Temer.

VERBA.

Os recursos para o sistema sairão da arrecadação das loterias. Para este ano, serão R\$ 800 milhões apenas desta fonte. A estimativa do governo é que, em 2022, os recursos vindos de loterias cheguem a R\$

4,3 bilhões.

O presidente vetou alguns pontos do projeto de Lei que saiu do Senado em 16 de maio. Um deles pretendia incluir no sistema as medidas socioeducativas, destinada a menores em conflito com a lei.

Segundo Jungmann, os socioeducandos serão de responsabilidade da pasta de Direitos Humanos. Outro ponto equipararia agentes penitenciários aos policiais. O terceiro veto sugeria a equiparação entre aviação policial e avião das Forças Armadas. ■

800 MILHÕES é o valor estimado dos recursos para o setor ainda este ano, segundo o governo